

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E SABER BIJAGÓS: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA GUINÉ-BISSAU

AUGUSTO CARDOSO*

I Introdução

A emergência da crise econômica mundial, a degradação ambiental, o risco de colapso ecológico, o avanço da desigualdade, a perda, cada vez mais, da biodiversidade global e a preservação da administração política dos povos tradicionais são fenômenos que vieram mobilizar o pensamento teórico acadêmico do mundo globalizado, tendo como finalidade compreender a problemática criada por um processo que se alimenta da distribuição de suas bases ecológicas de sustentabilidade e de suas condições de habitabilidade. Pois entendemos que a sustentabilidade é o signifiante de uma falha fundamental na história da humanidade; fruto de crise de civilização que alcança seu momento culminante de incremento tecnológico e científico na modernidade, mas cujas origens nos remetem à concepção do mundo que serve de base à civilização ocidental.

Nesse contexto, o que se tem verificado, ultimamente, no cotidiano do governante guineense assemelha-se ao processo de invasão ocidental nos territórios tradicionais africanos, onde as sociedades étnicas tradicionais são obrigadas (do mesmo modo do colono) a aceitarem administração política autoritária do novo colonizador “globalização contemporânea”, fazendo com que ela abdique da sua própria identidade socioambiental e sociocultural local em detrimento da nova “cidadã do mundo”.

* Doutorando da Escola Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com seguinte linha de pesquisa: Saberes e Práticas Tradicionais da Etnia Bijagós e sua relações com a Organização, Gestão e Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau. E também membro do grupo de pesquisa Educação, Etnicidade e Desenvolvimento Regional na Universidade do Estado da Bahia, desenvolvendo atividades de pesquisa especialmente no projeto saberes, práticas, educação e desenvolvimento: retratos da saga indígena Fulni-ô e Kariri Xocó no Nordeste brasileiro.

Do ponto de vista governamental guineense ou africano, a globalização é o desenvolvimento lógico do sistema capitalista de produção. E este atingiu um patamar a partir do qual deve, necessariamente, adquirir dimensões planetárias ou desaparecer; onde os conceitos de competitividade e rentabilidade levam os Estados africanos a uma espécie de darwinismo¹ econômico. A globalização entendida como sinônimo de direito do mais forte e não a globalização de rosto humano é algo com que nos regozijamos (Ki-Zerbo, 2006).

A propriedade bem localizada no tempo está prestes a decolar em estilhaços, como resultado dos movimentos de capitais especulativos. Nesse contexto, a economia baseada na oferta imposta aos guineenses/africanos pelos monopólios a mercados cativos, substituindo, assim, a economia da demanda solvente, proposta por John M. Keynes, para estimular as economias nacional e mundial. Tudo isso reproduz, necessariamente, um quadro mundial, extremamente fluido da distribuição do controle econômico, que não funciona a favor dos consumidores e nem tampouco a favor das comunidades tradicionais guineense/africano. Por meio da globalização contemporânea, o capitalismo deixou o quadro puramente nacional para adotar dimensões planetárias, ou cósmicas.

Daí, surgiu uma plêiade de termos que circulam no campo ambiental: desde o antigo conceito biológico e antropológico de meio, até as noções correntes de ecologia, meio ambiente e sustentabilidade que se incorporam no atual discurso da administração política capitalista mundial, onde o prefixo eco se inseriu nas teorias e práticas do mundo contemporâneo como uma nova visão sobre a complexa trama ecológica que mantém a vida no planeta e dá suporte aos processos econômicos, sociais e culturais, questionando a visão linear do processo e dos paradigmas mecanicistas da natureza e da sociedade (Leff, 2011).

Esse processo socioeconômico e socioambiental global, herdada de um capitalismo colonial ocidental (caso guineense), afeitou e continua afei-

¹ Charles Darwin (1809-1882), médico inglês, que formulou uma teoria da evolução das espécies, que contrariava, totalmente, o pensamento científico oficial da época, fundamentada na doutrina bíblica da criação, ao afirmar que as espécies, atualmente, existentes resultam de um processo evolutivo, e a direção da evolução é dada pela sobrevivência dos indivíduos mais capazes de cada geração. Essa teoria foi, indevidamente, aplicada ao estudo das sociedades humanas, dando uma base pseudocientífica à ideia de que o topo da evolução humana consiste no indivíduo masculino, branco, vivendo no meio urbano. No campo da economia, a ideia de luta pela sobrevivência é usada para justificar a ação das empresas e conglomerados sobre outras empresas e até países.

tando, drasticamente, as estruturas organizacionais, políticas, econômicas e sociais das comunidades étnicas tradicionais guineenses. O início de sustentabilidade nasce nesse contexto da globalização como marca de uma fronteira e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade.

A crise ambiental mundial veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. Pois o sistema econômico mundial é atravessado por tendências, em certa medida contraditórias, de nacionalismo e globalização. A sustentabilidade ecológica surge nessa nova conjuntura, como uma política de percepção normativa para a reconstrução da Nova Ordem Mundial econômica capitalista; como uma condição para a sobrevivência humana e um sustentáculo da sociedade contemporânea para chegar a um “desenvolvimento” duradouro, questionando, assim, as próprias bases da produção do “homem moderno”.

A sustentabilidade é um tema “contemporâneo”, do final do século XX, e temos a certeza de que será um tema que administrará o terceiro milênio, da transição da modernidade truncada e ainda inacabada para uma pós-modernidade ainda incerta, marcada pela diferença, pela diversidade, pela democracia e pela autonomia. Diante dessas indagações nacional e mundial, no que tange à crise ambiental, o Estado da Guiné-Bissau, na última década, tem sido a “garantia” da maior parte dos quadros de referências da vida coletiva guineense (comunidades étnicas tradicionais), acautelando a soberania nacional, mas sem perder foco no plano mundial nas questões da conservação da biodiversidade e também na manutenção do estilo e modo de vida das suas populações tradicionais.

O Estado guineense, enquanto entidade soberana aglutinadora da identidade nacional, identifica ícones como: cultura, autoridade, governo, justiça, segurança, produção, trabalho, entre outros. Segundo Leff (2011), por entender que o saber ambiental emerge de uma reflexão sobre a construção social do mundo atual, onde a contemporaneidade converge e se precipita para os tempos históricos, que para todos nós já não são mais os tempos cósmicos da evolução biológica e da transcendência histórica, mas sim dos processos físicos, biológicos e simbólicos conduzidos e reconduzidos pela intervenção do homem moderno, da economia, da ciência e da tecnologia, o que nos conduz à nova ordem geofísica, da vida e da cultura universal.

Nesse sentido, entendemos que, para conceber o desenvolvimento guineense em termos de modelos ocidentais e não tradicional africano,

parece ser um exercício teórico e acadêmico em que, às vezes, para facilitar o trabalho, seja ele de natureza que for, fazem-se extrapolações para realidades diferentes em diversos pontos de vista,² pois são verdadeiros projetos de expansão capitalista. Nesse processo de alteração estrutural da nossa organização administrativa, tradicional, política e sociocultural, começam a surgir, na Guiné-Bissau, novas formas de pensar e modo de viver, assim como outros valores são introduzidos, uma vez que a economia capitalista não se dá no vazio.

Entendemos que a economia é o mais vasto quadro de universalização e, ao mesmo tempo, de destruição de uma parte das referências nacionais de identidades e representação (Silva, 2000). É, precisamente, esta dimensão econômica da propriedade do solo Bijagós que iremos tentar conhecer e apresentar algo sobre a Administração Política dos Bijagós na conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau.

Numa altura em que alguns elementos de modelos culturais e políticos, ditos ocidentais (democracia, cidadania e pluralismo, segurança global, de prosperidade política e econômica, de desenvolvimento sustentável e dos Direitos Humanos e liberdade fundamentais, entre outros), parecem triunfar, mundialmente, ao serem seguidos como exemplos de sucesso, desenvolvem-se as forças da globalização e de destruição dos quadros nacionais ou dos povos ditos não ocidentais, conhecidos como sociedades tradicionais. Desse modo, muitas nações africanas ainda andam à procura de formas estáveis e de constituições nacionais equilibradas, já que as forças da mundialização lhes retiram capacidade de organização nacional (Carvalho, 2005). Concomitantemente, o mesmo processo da globalização põe enormes pressões sobre os países subdesenvolvidos e, também, de um modo a outro, sobre as comunidades tradicionais (Bijagós). Nesse sentido, o processo e a meta de desenvolvimento guineense variam em função das nossas comunidades étnicas tradicionais, porque, assim, é nosso código de valores, nossa história, o nosso estilo de vida e modo de ser, entre outros. Pois na expansão da produção capitalista, os países fornecedores de matéria-prima (Guiné-Bissau) ou de trabalhadores escravizados na era contemporâneo do capitalismo “globalização” tornaram-se, num momento seguinte, países dependentes das ex-metrópoles ou dos países do norte.

² Aristides O. da Silva e Alfredo Handem. Desenvolvimento, visão do futuro e um olhar por dentro da elite nacional. *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, Bissau: Inep, jul. 2003, pp. 83-105.

Não é segredo para ninguém que os países hegemônicos³ controlam os países ditos periféricos, estabelecendo um sistema de relações “harmônicas” de interesse entre o centro e a periferia de cada uma desses países, seja pela introdução de sua cultura, tecnologia ou por meios militares, o que tem acontecido constantemente no continente africano. Onde as inovações econômicas capitalistas são introduzidas nos países subdesenvolvidos, mediante a implantação de tecnologias ocidentais e o lucro retorna ao país de origem dessas tecnologias. Esse novo jeito de colonialismo e de escravidão da nova globalização, conhecido como cooperação bilateral internacional, tem surgido em muitos debates, painéis e encontros de muitos cientistas sociais nacionais e internacionais, visto por muitos como novos navios negreiros contemporâneos de invasão ocidental, onde certos territórios nacionais são considerados patrimônios mundiais.

Referencial teórico e metodológico da pesquisa

Caminhando entre a ressonância da administração política e do saber do homem Bijagó, da conservação da biodiversidade e nas práticas tradicionais de gestão costumeiras de preservação do meio ambiente no cenário territorial da nação guineense, este estudo tem como propósito norteador: analisar a relação entre a sociodiversidade da etnia Bijagó e a conservação da biodiversidade, caracterizando a administração política tradicional dos espaços e dos recursos que estão associados à sociedade Bijagó. No quadro teórico e metodológico deste artigo, será exposta uma situação, efetivamente, de grande inquietação perante a conjuntura socioambiental e sociopolítica guineense e global de sustentabilidade, consequentemente, de uma articulação epistemológica, na qual se insere a questão da administração política das sociedades ditas tradicionais e seus saberes e práticas na gestão e conservação da biodiversidade no arquipélago Bijagós, Guiné-Bissau. Assim, o artigo parte da abordagem teórica da administração política que, segundo Santos, compreendemos a administração política como “gestão das relações de produção e distribuição para um melhor bem-estar da humanidade” (Santos, 2009, p. 31).

Para o autor, a arte civilizatória do homem, no que se refere à finalidade de trabalho humano, está na relação transformadora do homem e a natureza partindo de pressuposto de que os recursos naturais contemporâneo

³ Hegemônicos é a supremacia de uma nação, povo ou continente sobre outra.

são escassos (Santos, 2009). Sendo assim, para analisar a relação entre a sociodiversidade no âmbito da administração política tradicional Bijagós no arquipélago é o nosso objetivo principal.

Buscar-se-á, também na análise, caracterizar a importância do conhecimento tradicional para as populações que dependem dele para sua sobrevivência em uma nova perspectiva de desenvolvimento durável e equânime, no aprofundamento da implementação de políticas públicas, a fim de garantir o bem-estar das comunidades étnicas tradicionais e para desenvolvimento sustentável nacional, e o grupo-alvo da pesquisa foram os Bijagós. Partir-se do seguinte questionamento: em que medida a administração política e os saberes contribuíram ou não para a conservação e manutenção da biodiversidade no arquipélago Bijagós? Ou como se relacionam Administração política e os saberes tradicionais Bijagós com conhecimentos globalizados?

Partindo de entendimento de que a relação entre sociedade e natureza na comunidade Bijagós se caracteriza pela apropriação coletiva da natureza e pelo respeito aos seus ciclos e ritmo. Por entendermos que, para a etnia Bijagós, a natureza é um ente sagrado, subsistindo uma relação religiosa e mítica entre homem e natureza e a produção do valor de uso se sobrepõe ao valor de troca, sem perder de vista as vantagens e desvantagens contemporâneas da globalização ou do mundo globalizado.

Atualmente, com o uso intensivo da natureza, incentivado pelo governo guineense, os grupos étnicos tradicionais, devido às demandas de cunho mercantilista de uma economia capitalista global, vêm sendo visto, cada vez mais, no território nacional a prática da monocultura (exemplo de grandes áreas de plantação de cajueiros), que se constitui, ultimamente, como uma ameaça às práticas tradicionais de saber socioambientais Bijagó.

Partimos de pressupondo de que o maior marco do homem tradicional Bijagós não é acumular a riqueza material, mas sim espiritual e nem acumular riqueza individual (a não ser a residência própria e um espaço ao redor dela), mas o bem da coletividade na construção das relações sociais do bem-estar de toda a comunidade. Por essa razão, o concito de administração política, nesse sentido, extrapola a forma convencional com que a administração como ciência procura se definir. Por entender a administração política como uma ciência que busca compreender a gestão das relações estabelecidas entre as várias dimensões dos modos de produção capitalista contemporânea (sociedade civil, Estado e organizações governamentais e privadas, as populações tradicionais).

Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau, cuja capital é Bissau, é um estado relativamente pequeno, com 36,126 km, que, no entanto, inclui, no seu território, uma parte insular — o arquipélago dos Bijagós. Por sua vez, o arquipélago dos Bijagós é constituído por 88 ilhas e ilhotas, das quais 21 são habitadas em permanência e o resto, temporariamente. Ao contrário de muitos dos arquipélagos do Atlântico oriental, segundo Almada (1594), os Bijagós têm origem continental e isso se deu da inundação do antigo delta do rio Geba na costa ocidental africana.

Para Almada, as rochas que constituem a base de quase todas as ilhas têm uma gênese miocênica, e o arquipélago teria sido contínuo ao continente africano nas várias ocasiões em que o nível do mar desceu nas fases frias dos ciclos glaciais, no hemisfério norte. O relevo guineense é, essencialmente, plano, com a zona costeira profusamente recortada por braços de mar; todos eles deságuam no oceano Atlântico, o que faz essa região um aquário natural para piracema e desova de várias espécies de tartarugas marinhas. O clima é tropical, úmido e quente, com duas estações: a seca e a das chuvas.

A primeira estende-se, sensivelmente, entre dezembro e abril e a segunda inicia, habitualmente, em meados de maio até novembro. Nessa condição, devido às estações bem definidas, o que facilita a emigração de multiplicidades de animais e aves vindos de diferentes partes do planeta, faz com que o arquipélago Bijagós seja considerado, atualmente, um dos lugares da Costa Ocidental africana que contribui, substancialmente, para a conservação da biodiversidade local, regional e global.

Razão essa, por acolher, a cada ano, milhões de animais migratórios de diferentes partes da região e do mundo. Não somente por isso, mas também por se encontrarem lá animais que só vivem naquela área, o que lhe dá uma posição ímpar no contexto dos países tidos como de megabiodiversidade, graças à administração política tradicional e manutenção do estilo de vida de suas populações étnicas. O país oferece, também, condições ideais e seguras (devido à administração política tradicional Bijagó) para a produção e reprodução de peixes e crustáceos, por conta de suas florestas de mangrove,⁴ que faz um isolamento natural, impedindo, assim,

⁴ Mangrove é o equivalente a região de manguezal, é o conjunto de florestas de mangues da costa da Guiné-Bissau.

a extensão do deserto do Saara para o sul, mediante savanas arboradas e florestas secas e subúmidas, que assim se constituem em barreiras naturais à desertificação (Almeida, 1944, pp. 31-9; 90-8).

Todo o território guineense é, tipicamente, plano e pantanoso, não se evidenciando grandes elevações de destaque, pois o ponto mais alto do país é de, aproximadamente, 300 metros de altura, predominando os planaltos, as planícies e uma extensa zona costeira com cerca de 350 km. Visto que os principais acidentes de relevo resultam da densa rede fluvial que origina a existência de alternância nos traços caracterizadores da paisagem, e que, em função das regiões, varia entre savana arbustiva, savana florestal, floresta, mangais, tarrafe, lalas,⁵ bolanhas,⁶ estuários e praias, (Ibap, 2007).

Historicamente, o solo guineense sempre foi utilizado pelas comunidades étnicas tradicionais locais para fins produtivos agrícolas de subsistência e outras atividades afins, mas hoje não se pode afirmar isso, devido ao cunho capitalista e da sua política de economia globalizada. O solo é, diferentemente, trabalhado pelas populações tradicionais étnicas locais em função das características geográficas e do grupo étnico predominante da área, marcando, assim, a paisagem por zonas de transição que lhe conferem a imagem de um mosaico dos grupos étnicos típicos e únicos na costa ocidental e no continente africano.

No que diz respeito ao meio florestal guineense, frequentemente, é possível encontrar bolanhas e lalas que dominam uma parte da paisagem nas proximidades de zonas de mangal, mangrove ou tarrafes; palmares constituídos por palmeiras de dimensões variáveis e cibes,⁷ associados a florestas de galeria; florestas subúmidas, caracterizadas por vegetação densa e diversificadas em espécies e em dimensões, sendo de difícil penetração, complementadas pelas florestas de transição; florestas secundárias e degradadas que resultam de processos de desflorestação e queimada; savanas arbustivas e herbáceas, dentre outros. O país é dotado de espaços naturais de áreas protegidas com importância reconhecida e oficializada de acordo com os critérios de nível nacional e internacional, como, por exemplo, o Parque Natural de Mangrove do Rio Cacheu; o Parque Natural das Lagoas

⁵ As lalas são áreas inundadas que representam zonas de transição entre o mar e as áreas florestais.

⁶ As bolanhas são terras baixas de mangal ou tarrafe que consistem em formações vegetais à beira-mar ou rio de produção de arrozais alagados (Ministério do Desenvolvimento Rural/Pnud, 1997).

⁷ Cibe é uma variedade de palmeira africana.

de Cufada; o Parque Nacional de Orango; o Parque Nacional Marinho de João Vieira, Poilão e o Parque Nacional Marinho das Ilhas Formosa e outras áreas naturais que ainda aguardam oficialização (Guiné-Bissau, 2006). Dessa maneira, as áreas naturais que caracterizam o país são dotadas de uma importantíssima biodiversidade de flora e de fauna, em meio florestal, de mangrove, de savana, costeiro e marinho, sendo algumas das espécies endêmicas⁸ e encontrando-se outras em situação de risco e ameaçadas de extinção, o que representa uma situação alarmante no que diz respeito à administração política de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau.

São exemplos de espécies em risco: o manatim, hipopótamo, tartaruga marinha, elefante, búfalo, gazela pintada, onça, leopardo e leão entre outros felinos e o chimpanzé e outras espécies de símios; o crocodilo ou lagarto preto; algumas espécies de aves; o pangolim de cauda longa, entre outros (Catry, 2010).

No contexto, de ponto de vista sociocultural e socioambiental, Guiné-Bissau é caracterizada pela diversidade étnica de particularidades cultural e ambiental, que forma um mosaico étnico de 27 comunidades tradicionais. Cada um desses grupos étnicos tem a sua própria forma de ser e de viver, que, muitas das vezes, se reflete no modo particular de estilo de vida social, cultural e espiritual, de organização e ordenamento do território, na construção das habitações, no seu estilo de vestuário; na simbologia, nas crenças religiosas, nos rituais, no jeito de adoração aos seus antepassados, na gastronomia, nas manifestações festivas, na produção artesanal, nas atividades produtivas de natureza econômica, em suma, na sua administração política.

Assim, apesar de esses grupos étnicos serem identificados em determinadas regiões do país pelo predomínio e ancestralidade da presença em um dado território, atualmente, em resultado de intensas migrações internas e externas (regional) e socialização entre os grupos, forçada por demanda de uma economia capitalista, eles se encontram difusos por todo o território nacional guineense em regiões em que não eram originários.

Nesse contexto, uma coisa é de extrema importância quanto aos espaços que recebem novos grupos, pois esses não se deixam descaracterizar

⁸ Fenômeno que consiste na ocorrência de espécies ou subespécies, animais ou vegetais, numa área restrita e relativamente isolada (ilhas, montanhas, entre outras).

por uma seleção natural pela chegada do novo, o que nos faz entender que a chegada do novo não é, suficientemente, forte, a fim de aniquilar a cultura dos antigos. Dessa forma, percebe-se que há uma conservação das características que identificam o grupo originário, tal como manutenção de modo e estilo de vida, traduzido nas cerimônias religiosas e administrativas do grupo. De acordo com a administrativa política do governo, na região norte (Cacheu), predominam as etnias Manjaco e Mancanha; no litoral centro, região de Biombo, está referenciada a etnia Papel; no centro norte, região de Oio, a principal etnia é Balanta; as regiões de Bafatá e de Gabu são, predominantemente, ocupadas pelos Fulas e Mandigas; na região centro sul, em Quinara, a presença mais comum é dos Beafada; no sul, em Tombali, tradicionalmente, são identificados os Nalu; e na região de Bolama-Bijagós, os da etnia do mesmo nome Bijagós, que habitam todo o arquipélago. Por fim, não menos importante, no Sector Autônomo de Bissau (capital), encontra-se uma multiplicidade de origens étnicas diferentes, mas o território antigamente pertencia ao grupo étnico Papel.

Todavia, todos esses grupos étnicos continuam exercendo a cultura tradicional de culto aos seus ancestrais, o que reflete na produção de bens e materiais de serviço, que culmina numa forte pressão sobre o meio ambiente, sobretudo florestal e costeiro, incluindo áreas protegidas. Todas essas ações de âmbito produtivo, em algumas localidades, ainda são direcionadas para a subsistência, na base de venda e troca de excedentes, mas, em muitos, a prática ocidental de economia de monocultura tem sido cada dia mais frequente. Também não podemos negar que a conservação da biodiversidade guineense tem sobrevivendo graças à comunidade tradicional étnico, em especial, da etnia Bijagós, que é objeto deste artigo, pois a Guiné-Bissau, além de ter uma riquíssima diversidade biológica, também possui uma expressiva diversidade étnica e cultural.

Legislação ambiental guineense

Quanto à legislação ambiental, o governo guineense na administração territorial de suas áreas de conservação do meio ambiente tem dado passos lentos, mas bem seguros no caminho das políticas de conservação da biodiversidade. Em fevereiro de 2004, depois de trinta anos de independência, as autoridades guineenses aprovaram o Plano Nacional sobre o meio ambiente, incluindo a gestão de reservas, zonas protegidas e a criação do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (Ibap) (um órgão

governamental autônomo), bem como a elaboração e execução de um programa nacional de gestão da biodiversidade nas zonas costeiras, cumprindo, assim, as obrigações da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), assinada na cimeira do Rio de Janeiro, em 1992.

Nos últimos anos, os esforços conjuntos das autoridades e das comunidades tradicionais têm contribuído para a gestão e cogestão sustentável da biodiversidade guineense, constituindo, assim, redes de zonas protegidas e sagradas com a participação da administração das comunidades locais. A iniciativa mais significativa nesse sentido é a criação da Reserva Biosfera Bolama-Bijagós pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) em 1996. Isso aconteceu devido à administração política tradicional dos seus habitantes (Bijagós), que respeitam uma série de regras ligadas às suas tradições orais, religiosas e culturais, o que ajuda na preservação e conservação da biodiversidade. A criação do Ibp é um marco histórico, econômico, sociocultural e político na Guiné-Bissau, por estabelecer regras nacionais para o acesso aos recursos genéticos e saberes tradicionais guineenses.

Esse jeito da administração política do governo guineense, apesar de apresentar, ainda, certa ineficiência, tem chamado a atenção do todo o continente africano e internacionalmente para o valor parcimonioso dos recursos genéticos, saberes e práticas tradicionais, antes tidos, somente, como patrimônios e bens comuns da humanidade, sendo um dos argumentos usado ao longo dos séculos pelos “piratas internacionais” da riqueza do parcimonioso dos recursos genéticos guineense para justificar o livre acesso aos recursos genéticos e saberes das comunidades tradicionais, sem levar em consideração o respeito às práticas e ao estilo de vida dessas comunidades.

Além de prover esse acesso, o Ibp busca fomentar a cooperação entre populações tradicionais na conservação e uso da biodiversidade para proteger seus estilos de vida tradicionais e gerar uma “repartição justa” e equitativa do uso econômico de seus saberes. As regulamentações em âmbito nacional com a criação do Ibp reforçam os compromissos tomados pelo Estado guineense na assinatura da Cúpula da Terra e sobre a conservação da biodiversidade e do saber tradicional.

Administração política e organização econômica dos Bijagós

Neste estudo, ao falarmos de propriedade Bijagó, referimos somente à propriedade do solo/terra e não às outras modalidades que ela pode

revestir. Usualmente, tem-se entendido que ele é coletivo, segundo a classificação teórica clássica, quando referimos às comunidades tradicionais. No que diz respeito à comunidade tradicional Bijagós, pelo que constatamos, atrevemo-nos a discordar dessa teoria com todo respeito aos grandes teóricos clássicos; o exemplo da Coesão Social⁹ de Émile Durkheim.

Recomendamos que a propriedade da terra na etnia Bijagós revestisse-se de duas modalidades de propriedades: individual e coletiva. No entanto, para verificar nitidamente a posição em que nos situamos, declaramos, desde já, que consideramos a “*propriedade da terra*” como uma forma de detenção de riquezas” (Lopes, 1983). Pois, não nos interessa neste artigo deslindar, imediatamente, se essa detenção emerge de um mero estado de fato ou não. O que se deslinda neste artigo e se firma é que há um reconhecimento expresso, entre Bijagós, pela sua lei consuetudinária refletida, indubitavelmente, na sua organização social e política, de a *propriedade da terra* ser um.

Conforme Lima (1947), na sociedade Bijagós, a denominação de propriedade coletiva diluiu-se em abstração quando se trata de propriedade de caminho, das águas do mar, golfos, baías, fozes, rios, esteiros, lagos, lagoas, canais, fontes, poços, caça, entre outros.

A todos esses itens de propriedade mencionados acima a ninguém pertencem é o bem coletivo da comunidade. Quanto à sua utilidade, resulta, exclusivamente, da ilha, povoação ou a vila tem para a sua satisfação. Entendemos que é natural, talvez, noutros tempos, os considerassem como zonas de segurança, quando juntos das suas povoações. Essas propriedades andam ligadas às práticas de caráter mais ou menos religiosas e, conforme estes princípios, assim se vão realizando os trabalhos necessários desde limpeza, arroteamento, sementeiras, mondas, até a colheita.

Quanto à propriedade privada, a única que conhecemos entre Bijagós é a habitação (casa) e pequeno espaço ao redor dela, regra geral, da mulher; como exceção, muito rara, pode ela ser atribuída ao homem se este foi quem gastou algo como dinheiro com a alimentação dos trabalhadores que a construíram. O Bijagó gosta da sua terra e a ela está preso não só

⁹ Coesão social é um termo da Sociologia que, em linhas gerais, representa os fundamentos da vida e da ordem social mantidos entre sociedades diversas, visando à interdependência de suas ações. O tema atravessa vários campos das ciências sociais, como o da política pública, ou política de cooperação adotada pela União Europeia, por exemplo, que reúne e analisa ações nas áreas social, econômica e territorial impostas sob regulamentação comum.

por uma civilização longamente preparada e cuidadosamente instilada na sua coletividade, como pela exuberância dos seus palmares e riqueza dos seus mares.

A organização política dos Bijagós é um assunto complexo, dados os muitos elementos que compõem o seu sistema, como propriedade do solo, espaço, o tempo, idade, linhagem, o sexo e os rituais de iniciação e tantos outros. Conforme Cardoso (2008), o poder é analisado numa perspectiva de funcionalidade. Ele é analisado enquanto um sistema, ou seja, enquanto um conjunto de órgãos dinâmicos, que interferem na regulamentação e na definição das normas de conduta social e econômica, assim como o relacionamento com outras comunidades (Cardoso, 2008, p. 29). O sistema político Bijagó é composto dos seguintes órgãos: *Uam-Moto (dono da terra)*, *Oronho (rei)*, *Okinka (rainha ou sacerdotisa)*, *Iakonton (anciões)*, *Ogonne (indagador de morte)* e *Oum (tocador de Bombulom)*.

Essa estrutura sofre pequenas modificações de uma ilha a outra. São esses órgãos que constituem o poder político em todas as ilhas do Arquipélago, embora, muitas vezes, as designações possam sofrer variação e competências de uma ilha para outra, mas sempre sem prejuízo dos mecanismos de funcionamento. O poder administrativo político é centralizado na figura de Oronho, sendo ele entidade máxima de supervisão da gestão da coisa pública, mas sempre acompanhado de *Okinka* (sacerdotisa ou rainha) e de um conselho de *Iakonton* (Anciões), onde integram, ainda, a esta estrutura de poder a figura de *Oum* (tocador de Bombulom¹⁰) e *Ogonne* (indagador de morte).

Toda essa estrutura sempre é dirigida por um grupo de conselho de anciões. É de extrema importância lembrar que as mulheres integram todo o sistema do poder político Bijagó (Cardoso, 2008); não só através da figura de *Okinka*, mas também através de outras personagens das diferentes chefias e de diferentes classes de idade. São esses órgãos ou figuras que constituem a organização do poder administrativo político dos Bijagós, sendo um sistema complexo, com muitos tabus e segredo que já mais serão revelados àqueles que não passarem por ritual de iniciação.

¹⁰ Instrumento de comunicação para assuntos importantes e é oval, feito de uma madeira especial, oco no interior. É utilizado por Bijagós nos cultos tradicionais e, também, serve como meio de comunicação para todos os momentos de paz e de guerra, por ter sons que podem ser ouvidos a alguns quilômetros; é, também, um instrumento musical.

Competências essenciais dos órgãos de poder administrativo político Bijagós

Os *Uami ia moton* são dos donos de chão, quer dizer, os que pertencem à linhagem (*Djorçon*), que, primeiro, habitou a ilha. No seio desse, são escolhidas as figuras que constituem e representam o poder administrativo político da comunidade e também desses sai Oronho. Não há nenhuma decisão que possa ser tomada em nível da comunidade sem que essa figura seja informada. Ela está, sempre, acima de todas as estruturas, mas não pode sozinho dar palavra final sem conselho dos Anciões (*homi Garandi*).

Iakonton é Conselho de Anciãos, constituído por representação da comunidade (todas as fases de idade) e, também, por membros da linhagem real, mas a palavra final quem dá são *Iakonton*, por serem considerados portadores de muita sabedoria, conhecimento e experiência de vida. Esse órgão (Conselho de Anciãos) é integrado por homens, mulheres e representantes das outras estruturas do poder político Bijagós. As mulheres, nesse conselho, têm uma função de destaque nas decisões, por serem consideradas matriarcas da comunidade. *Oronho* é a figura máxima da administração política; ele é responsável pela supervisão da vida religiosa, social, econômica e política de toda a comunidade, mas sempre lado a lado com *Okinka*, em representação das mulheres. Compete ao Oronho: distribuir as terras para a atividade agrícola; guardar o espírito sagrado protetor tabanca; determinar a data de início do ano agrícola; participar da justiça; determinar as datas de realização dos fanados; representar a comunidade perante as autoridades formais; orientar os ritos fúnebres; declarar o estado de emergência; receber os donativos da comunidade; dentre outros.

Oum é a figura que tem uma função muito importante na organização política Bijagó, ele é assistente do Oronho em todos os atos administrativos públicos e demais atos religiosos e, também, porta-voz de toda a comunidade. Compete a ele também: convocar o conselho de anciãos; assegurar o papel fundamental de comunicação nas cerimônias de iniciação dos homens e das mulheres.

Ogonne são indivíduos especialmente designados por conselho de anciãos nas sessões sagradas para serem carregadores de *djongago*.¹¹ Em

¹¹ O *djongago* é uma estrutura semelhante a um caixão feita pelos anciões no calar da noite que só aparece no amanhecer e, também, depois da cerimônia desaparece no calar da noite. São cerimônias que revelam a causa da morte.

relação a todos esses órgãos de poder político e algumas formas de autoridade, cabe aqui dizer que existe um chefe maior, um representante considerado “dono do chão”, o rei na concepção ocidental. Ele não governa isolado da comunidade; isso quer dizer que todas as decisões são sempre tomadas no Conselho de Anciãos.

Relacionamento dos Bijagós com o governo central

Pelo fato de o Arquipélago dos Bijagós ser o último lugar a ser ocupado por administração colonial portuguesa (1446-1936), isso se deu, por causa da sua resistência à dominação portuguesa na época de invasão ou “descoberta”, em 1446; devido à sua organização política, isso levou com que o sistema tradicional do poder Bijagó torna-se quase “intacto”, pois, quando se instalou o sistema colonial português, já havia um poder político tradicional bem organizado e instituído há várias décadas, ou há milhões de anos.

Para melhor governança, o mais perfeito era não tentar aniquilar esse poder político de imediato, mas, sim, tentar adequar o sistema colonial ao tradicional local Bijagó, depois de muitos anos de tentativa fracassada de ocupação, os administradores da colônia portuguesa entraram em acordo com Bijagós e criaram a figura de chefe de tabanca, em paralelo com o poder de *Oronho* no arquipélago. Em nível da tabanca (vila) Bijagó, o palco da verdadeira administração política portuguesa, para serem aceitos, sempre mantiveram o conjunto de órgãos representativos do poder tradicional Bijagós intacto, quanto às suas atribuições e competências. A administração política colonial baseava-se, sempre, numa aliança com os poderes e as autoridades tradicionais Bijagós (Scantamburlo, 1991). Ao mesmo tempo, essa aliança legitimava a presença da administração colonial portuguesa nos territórios ocupados, um jeito encontrado pelos colonos portugueses (caso guineense), para poder fincar a sua presença nas comunidades tradicionais e no arquipélago dos Bijagós.

Nesse contexto, pois, em relação aos Bijagós, a situação de negociação era outra. Segundo José Eduardo A. da Silva Marques (1955), os Bijagós opuseram-se, durante vários anos, à administração portuguesa. Os chefes tradicionais não aceitavam falar a língua dos colonos, obrigando-os a terem um intérprete ou aprenderem as sua língua Bijagó para posterior comunicação, o que significa obediência às normas tradicionais. Obrigaram-nos a criar chefes de tabanca que, muitas vezes, não eram Bijagós, para melhor controle, mas sem tocar ou esvaziar o sistema tradicional local.

Com a independência, em 1974, conforme Cardoso (2008), ao contrário do que aconteceu com outros grupos étnicos do território guineense, que tiveram quase todos os seus chefes tradicionais aniquilados, porque os revolucionários nacionalistas guineenses entenderam que foram traidores da pátria, por colaborarem com a força colonial na luta de libertação nacional, isso não aconteceu no Arquipélago. O regime do Partido PAIGC/Estado mantém no Arquipélago o poder tradicional vigente, mas, também, para melhor administração, cria outra figura, o Comitê de Tabanca, ampliando, assim, a administração que se vinha exercendo na chamada zona libertada.

Na verdade, se analisarmos esse processo ao fundo, não houve mudança nenhuma, pois, em termos de competência de funções, era a mesma coisa e continua sendo a mesma. Nessa mudança, uma coisa tornou-se importante e ressurgiu de novo com mais intensidade: a figura de *Oronho*. As autoridades administrativas do poder central do Estado guineense, muitas vezes, convidam os representantes do poder local a opinar sobre alguns assuntos da vida da comunidade. Essa condição muda com a instituição da estrutura democrática e de conservação da biodiversidade na Guiné, marcada pela liberalização do sistema político de multipartidarismo. As comunidades tradicionais passaram a ser convidadas a participar com papel de destaque nas decisões ao nível do Arquipélago, tanto nos níveis das organizações governamentais e não governamentais.

Com essa nova figura “nacional de conservação global do meio ambiente” no qual arquipélago foi classificado pelo Unesco, em 16 de abril de 1996, como a Reserva de Biosfera do Arquipélago Bolama/Bijagó e, posteriormente, a criação pelo governo guineense do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas na Guiné-Bissau-Ibap, em 2004, que culminou com a criação de dois parques no arquipélago: Orango e de João Viera/Pilão; a cogestão dessas reservas aproxima os dois (Estado e poder local Bijagós) e cria um relacionamento propício para a conservação da biodiversidade no Arquipélago.

O Ibap foi criado para promover a salvaguarda da diversidade biológica nacional, assim como para criação e gestão dessas áreas protegidas, além de favorecer a utilização racional e equitativa dos seus recursos naturais. Trata-se de uma instituição pública dotada de uma autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O Ibap concentra as suas atividades no reforço de uma gestão eficaz, participativa e integradora dos ecossistemas,

numa perspectiva de conservação da biodiversidade e no apoio ao programa nacional desenvolvimento sustentável.

Na sua planificação estratégica, o Ibap formulou a sua visão, que se sustenta na ideia de que a biodiversidade da Guiné-Bissau é conservada de forma sustentável em benefício do desenvolvimento das gerações presentes e futuras. Essa visão permitiu precisar a missão do Ibap, que é gerir de forma participativa e eficaz as áreas protegidas e os recursos estratégicos da biodiversidade, valorizando os conhecimentos científicos e tradicionais, favorecendo sinergias e parcerias de âmbito local, nacional, regional e internacional.

Práticas costumeiras de proteção ambiental e uso do saber tradicional Bijagós

A etnia Bijagó produz e reproduz, historicamente, as suas práticas costumeiras de administração tradicional, que se refletem no seu modo e estilo de vida coletiva de forma, relativamente, isolada do continente. Com base nessa cooperação social e relações próprias com a natureza, eles se diferenciam, do ponto de vista sociocultural, socioambiental e sociopolítico, das outras etnias guineenses, desempenhando, assim, um papel fundamental na sustentabilidade ambiental de áreas hoje consideradas protegidas do arquipélago, pois, não tem como dissociar o homem Bijagó do meio ambiente.

As áreas de conservação e de uso sustentável do arquipélago Bijagós visam a compatibilizar o uso dos seus recursos e a preservação da natureza, permitindo, assim, a presença e permanência dessa população que vive nessas áreas preservadas há milhões de anos, com a preocupação de proteger a população local, estabelecendo um paralelo entre o aspecto sociocultural, socioeconômico e socioambiental. A política do governo guineense e o modelo criado para definição de áreas de conservação da biodiversidade de uso sustentável na Reserva de Biosfera do Arquipélago Bolama/Bijagós, em especial nos dois Parques Nacionais do arquipélago, têm como função conciliar o meio ambiente e as populações tradicionais locais, levando-os ao mercado por meio de suas atividades econômicas tradicionais; ou seja, conciliar o desenvolvimento econômico social com a preservação do meio ambiente nacional.

Para que todas essas ações aconteçam, é necessário que a sua administração e identidade sociocultural sejam valorizadas e preservadas, uma vez

que dos seus saberes e práticas depende a conservação dos recursos naturais no arquipélago, porquanto os Bijagós apresentam um modelo de gestão, de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados, principalmente, para a subsistência, com fraca articulação com o mercado ou economia global, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar e coletiva, com tecnologias tradicionais de baixo impacto ao meio ambiente, derivadas de saberes e práticas de manejo patrimonial e comumente de base sustentável.

O exemplo disso: os costumes tradicionais vividos, atualmente, no arquipélago e o caráter sagrado de alguns locais explicam o estado de conservação excepcional da biodiversidade existente no arquipélago dos Bijagós (INDJAI, 2008). O reconhecimento do valor desse patrimônio Bijagós é classificado em nível internacional como Reserva da Biosfera e pelo governo guineense como área protegida.

Lembrando que essa conservação se deve à ocupação desse território pelos Bijagós há milhões de anos e não tem registro legal de propriedade privada individual da terra, eles definem apenas o local de moradia e pequena ao redor dela, como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, e seu uso regulamentado pelo costume e normas de políticas tradicionais compartilhadas internamente, o que traz o bem-estar da coletividade. Com isso, os Bijagós mantêm uma relação peculiar com a natureza, privilegiando a sustentabilidade, que garante a sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, a reprodução do meio ambiente. A comunidade Bijagó tem o seu modo de viver baseado em relações familiares, comunitárias, com uso em comum dos recursos naturais; organizam-se tanto politicamente como administrativamente de forma cooperativa, o que facilita a sobrevivência de todos. Atualmente, com a globalização dos mercados e da economia está sendo encorajando no seio dos Bijagós cada vez mais a monetarização¹² progressiva da economia, que se orienta, pouco a pouco, para agricultura comercial (monocultura), em detrimento das zonas de palmeiras e outras culturas. Exemplo dessa interação entre os Bijagós e a natureza pode ser visto no Parque Nacional de Orango, uma Área de proteção e ao mesmo tempo de Desenvolvimento Sustentável, que se define como uma área natural e abriga a população

¹² Monetização significa o aproveitamento de algo como fonte de lucro. O termo é derivado do verbo monetizar que designa o ato de transformar algo em dinheiro. Basicamente, qualquer coisa (objeto, informação, título, dívida, etc.) pode ser usada para monetização.

tradicional local, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais.

De acordo com uso e costumes dos Bijagós, as tarefas individuais e coletivas são definidas segundo as faixas etárias, e os adolescentes beneficiam-se de uma grande liberdade, e, no início da idade adulta, dedicam o essencial de sua energia às necessidades da comunidade e da família; os anciãos ocupam lugar de destaque por serem detentores de saberes e práticas tradicionais adquiridas, ao longo da sua vivência, o que lhes dá, também, direito e autoridade sobre todas as outras faixas etárias.

A relação entre o homem Bijagó e o seu meio ambiente, entre os vivos e os mortos, manifesta-se pela existência de lugares sagrados (florestas, cabos, lagoas e ilhas), que mostram uma interdependência com que a natureza e a cultura se alimentam mutuamente.

O modo de vida tradicional dos Bijagós é baseado numa economia de subsistência e o conjunto dos recursos naturais do território é aproveitado de forma diversificada.

A economia e a sobrevivência da etnia Bijagó dependem, diretamente, da exploração da biodiversidade e dos recursos naturais, tanto em nível macroeconômico como em nível local. O exemplo disso é a prática de *pam-pam*;¹³ a forma tradicional de pesca e a exploração desses recursos constituem a base do desenvolvimento do arquipélago e, também, ocupa um lugar importante na vida cotidiana do Bijagó. A cerimônia para o Iran (espírito supremo) é uma prática religiosa tradicional de reverência aos antepassados e proteção contra todos os espíritos ruins é encontrada em todo o arquipélago.

Há uma particularidade especial na Ilha *Poilão*, pois, somente os Bijagós que passaram por *manrass* (iniciação), pertencentes às quatro tabancas (vilas) de Canhabaque, podem desembarcar na ilha, ou os pesquisadores autorizados pelos Bijagós procedimento que tem ajuda na preservação do parque e na preservação de tartarugas verdes. Além disso, devem respeitar regras restritas, tais como explorar somente os recursos vegetais que serão utilizados no próprio sítio, não derramar sangue humano nem animal, não ter relações sexuais e não sepultar mortos. Para desembarcar nessa ilha, é necessário pedir a autorização dos espíritos. Esse tabu, muito

¹³ Pam-pam é a prática de cultivo de arroz em terrenos não alagados.

respeitado, permite que as tartarugas possam desovar dezenas de ovos sem enfrentar nenhuma predação humana e, também, a preservação de uma megabiodiversidade. Conforme Catry (2010), cerca de 7.000 fêmeas desovam uma centena de ovos cada por ano no arquipélago dos Bijagós, constituindo, assim, a maior colônia de tartarugas verdes do litoral atlântico ocidental africano.

Em muitas dessas ilhas, alguns animais são considerados sagrados pela população, como, por exemplo, na ilha de Orango, onde se situa o Parque Nacional de Orango (PNO). Lá, os hipopótamos são sagrados e protegidos, com a particularidade de serem os únicos dessa espécie a habitarem as zonas marinhas e não os rios. Na ilha Formosa, os tubarões são considerados seres igualmente sagrados. O arquipélago, também, é considerado Sítio do Patrimônio Cultural e Natural Mundial (PCNM), um título de grande prestígio, que reconhece o valor universal de um lugar. Esse título constitui uma garantia de proteção internacional e permite, assim, que a sociedade dos Bijagós e o seu meio ambiente conservem o seu equilíbrio, ao tempo que enfrentam os desafios do nosso século: a globalização e desenvolvimento.

É bom lembrar que a biodiversidade existente no arquipélago é fruto da atividade tradicional humana, ou de uma administração política tradicional, nesse caso, da etnia Bijagós. Isso leva a questionar outros modelos que pretendem conservar a floresta intocada, mediante remoção de suas populações locais. As florestas do arquipélago contribuem, substancialmente, na vida dos Bijagós, e, também, servem de fonte de inspiração; de alimentos; de combustível (energia lenhosa); de materiais de construção; de fibras para confecções de roupas tradicionais (saia Bijagó), e outros utensílios; e como fonte de medicamentos para cura de todas as enfermidades (Fernandes, 1998).

Peixes e moluscos são as primeiras fontes de proteína animal dos Bijagós. É de vital importância para a economia e a segurança alimentar do país, pois 40% do PIB guineense vem do uso sustentável dos Bijagós (Ibap, 2007). O arroz constitui a base da alimentação, ao passo que as palmeiras fornecem frutos, óleo e vinho, bem como uma vasta gama de produtos usados na alimentação, artesanato, habitação. A dança e a música ocupam um lugar de grande importância nas cerimônias, nas festas, nos momentos fúnebres e nos rituais religiosos; em suma, na vida quotidiana do Bijagó. Os jovens *cabaros* (faixa etária dos homens entre 18 e 30 anos)

expressam as forças da natureza terrestre (com o uso de uma máscara de touro) e marinha (máscara de tubarão), ao passo que as *campuni* (as jovens mulheres dos 18 a 30 anos) realizam uma dança mais suave, conhecida como *cundere*. A sociedade Bijagós rege-se por uma grande quantidade de ritos de cerimônias tradicionais, relacionados, em grande parte, ao meio ambiente. O arquipélago dispõe de uma importante potencialidade turística, o que permite desenvolver um turismo especializado voltado para a valorização de um tesouro patrimonial ecológico e cultural. Essa modalidade de turismo especializado está, ainda, em caráter de experimental no PNO, onde se encontra um hotel na parte norte da ilha, com uma gerência das comunidades locais e um turismo que respeita a tradição e costume local e se baseia na valorização da cultura e conservação da biodiversidade.

Nesse cenário, também, podemos encontrar alguns impactos negativos de conflitos no arquipélago. Foram observados, dentre outros, o conflito de interesses com as populações locais de certas ilhas, como restrições de circulação em certos sítios sagrados por parte dos Bijagós; a ocupação de praias de postura das tartarugas pelos empreendimentos turísticos internacionais, a exemplo da Ilha de João Vieira (onde há um pequeno complexo turístico de um empresário francês), e a pesca de espécies vulneráveis (tubarão), em algumas ilhas, para fins comerciais entre nativos e pecadores da sub-região.

Na procura de reduzir essas práticas nocivas e de conservação da biodiversidade no arquipélago, o IBAP, em parceria com UICN e outras organizações não governamentais nacionais e internacionais, optou por uma gestão integrada da Zona Costeira com uma valiosa assistência técnica e científica da UICN e a população local, aproveitando, assim, os saberes e as práticas tradicionais de conservação e gestão dos recursos naturais, o que leva o país a um modelo único de conservação da biodiversidade na África nesse domínio.

É bom salientar que essa instituição governamental (IBAP) foi criada para promover a salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade da nação guineense, assim como para criação e gestão das áreas protegidas e favorecer a utilização racional e equitativa dos recursos naturais. Trata-se de concentrar as suas atividades no reforço de uma gestão eficaz, participativa e integradora dos ecossistemas, numa perspectiva de conservação da biodiversidade e no apoio ao desenvolvimento durável em todo o território nacional.

A Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC) é uma alternativa viável e que favorece a valorização dos modelos tradicionais de conservação da biodiversidade, planificação e gestão dos recursos naturais, sendo que esse modelo comporta uma visão e conceito guineense de áreas protegidas, que é “áreas protegidas de população para população”.

Conclusão

A estrutura administrativa política do Bijagó da Tabanca é hierarquizada (arquipélago), mas a sua dimensão econômica e sociocultural dá a todos a oportunidade de se relacionarem de uma forma amigável, de superarem o medo da coação, permitindo, assim, a todos os mesmos privilégios das vantagens que o Arquipélago lhes oferece para satisfazer às necessidades da vida cotidiana e das futuras gerações.

Ao analisar a estrutura administrativa do poder político tradicional dos Bijagós, concluímos que, apesar de a Tabanca ser uma arena da hierarquização e da gerontocracia que se verifica ao seu sistema político, ela não apresenta grandes alternâncias no seu regime sucessório, a gestão do bem-estar de todos se encontra nas mãos do *uam-moto* e são eles que escolhem o *oronhó* (administrador político), entidade político suprema. Cada uma das linhagens a que nos referimos anteriormente tem o seu território, o que significa que, em cada tabanca, é ela a quem compete escolher *oronhó*, que sempre é assistido e assessorado por um conselho de anciões.

Os representantes tradicionais e a administração do estado guineense no arquipélago, revelou outra circunstância importante, visto que os dois poderes partilham o mesmo espaço geográfico, exercendo poder e influencia sobre as mesmas pessoas e, às vezes, são obrigados a fazerem face às mesmas adversidades, mas com olhares diferentes. Pois quando se estalou a administração colonial portuguesa, no Arquipélago, já havia a milhões de anos um poder político instituído entre os Bijagós de todas as ilhas que compõem o arquipélago, e que para poder ter uma boa convivência um diálogo estabeleceu-se, independentemente da forma que ele tivesse assumido.

A administração e todo o sistema político colonial baseavam-se numa aliança entre os poderes da colônia e as autoridades tradicionais Bijagós, esta aliança de governança entre dois poderes (tradicional e ocidental colonial), constituía uma forma e um meio de legitimar a presença da administração política portuguesa no arquipélago Bijagós, pois era através do po-

der político, tradicionalmente, instituído que ia fazer vincar a sua presença nas ilhas. Ao nível da tabanca, palco de execução do poder, os conjuntos dos órgãos representativos do poder tradicional mantiveram intactos as suas atribuições e competências.

Dessa forma, o sistema manteve-se intacto apesar de a comunidade passar a ser regida, também, pelas normas do direito positivo. Depois da independência política, em 1974, contrariamente ao que aconteceu em outras regiões do país (norte e leste), onde foram, literalmente, aniquiladas as estruturas do poder tradicional e seus representantes foram assassinados, porque Partido Africano da Independente de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), entendeu-se que esse tinha aliado e colaborado em demasia com as forças coloniais durante a luta de libertação nacional, mas em relação aos Bijagós o regime do poder político tradicional não foi tocado, mas, em substituição, criaram a figura do Comitê de Tabanca. Na realidade, não houve alteração em nada, pois em termos de competência e de funções, este comitê não passa de um representante dos interesses do Estado central, de uma entidade que assegura a ligação com os órgãos do poder local.

Com a criação da Reserva de Biosfera do Arquipélago Bolama/Bijagós e dos Parques Nacional da Ilha de Orango e de João Vieira/Poilão, restabeleceu a participação do poder local nas decisões de cogestão dessas áreas de conservação e reavivou o relacionamento com o poder local do Estado. Os Bijagós possuem um vasto saber sobre a natureza e uma rica cultura que fora adquirida ao longo de várias gerações se tornou o “saber Bijagó”. Esses saberes são de extrema importância para a manutenção do estilo de vida de Ojoco, a conservação da biodiversidade e para diversas áreas da ciência ocidental, tais como a Sociologia, Antropologia, Biologia, dentre outras.

O desafio que se impõe é o de afirmar os direitos dos povos tradicionais Bijagós aos seus saberes sobre a biodiversidade. Isso significa manter um conhecimento complexo e milenar sobre os ecossistemas que eles ajudaram, até hoje, a preservar. A questão é marcada por uma urgência de pensar a biodiversidade e os direitos das populações tradicionais. O entendimento das relações entre os povos tradicionais e a natureza exige um esforço de operar com a complexidade, as contradições e os interesses presentes nas pautas das negociações que se articulam nas esferas nacionais e internacionais.

Os efeitos das decisões que estão sendo tomadas nos fóruns internacionais, bem como os interesses de grupos econômicos guineenses pela

biodiversidade, refletem-se, diretamente, nas estratégias e nos modos de vida em nível local; o local guineense que, atualmente, é, irremediavelmente, ligado por várias vias ao global. Onde a revisão dos conteúdos e fundamentos de administração política internacional não podem mais abstrair da realidade contemporânea de conservação da biodiversidade pela população tradicional, que, raramente, tem espaço nesses fóruns de debates internacionais.

Referências

- ALMEIDA, António de. As aves em algumas superstições indígenas na Guiné e Cabo Verde. *Portugal em África*, 1944, pp. 31-9; 90-8.
- . Da medicina gentílica dos Bijagós. Segunda Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais (Bissau, 1947). Lisboa, 1952, pp. 241-92.
- ALMADA, André Álvares. *Tratado breve dos rios de Guiné e Cabo Verde*, des do rio Sanaga até os baixos da Santa Ana, 1594.
- CATRY, P.; BARBOSA C. & INDJAI B. *Tartarugas marinhas da Guiné-Bissau. Estudo, biologia e conservação*. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, Bissau, 2010.
- CARDOSO, Fernando Leonardo; M. PEREIRA, Honório Fernandes & CARDOSO, Filipe *Os Bijagós: Estrutura e funcionamento do poder*, 2008.
- CARVALHO, Rui Moreira de. *Compreendendo África, teorias e práticas de gestão*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- FERNANDES, Raúl. O espaço e o tempo no sistema político Bijagó. In: *Soronda*, n.º 8, Bissau: Inep, 1989.
- GUINÉ-BISSAU. *Comunicação nacional inicial da Guiné-Bissau sobre as mudanças climáticas*. 2006.
- . *Inventário das emissões de gases, com efeito, de estufa na Guiné-Bissau*. 1994.
- HANDEM, Alfredo & ARISTIDES O. da Silva. 2003. Desenvolvimento, visão do futuro e um olhar por dentro da elite nacional. *Soronda*, jul. 2003, pp. 83-105.
- INDJAI, B. *Missão de prospecção das praias do Parque Nacional de Orango; formação e capacitação dos guardas locais no seguimento e monitorização de tartarugas marinhas, realizada de 11 a 20 de janeiro de 2008*.
- KI-ZERBO Joseph. *Para quando a África*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

- LEFF, Enrique. *Saber ambiental, sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis: Vozes 2011.
- LIMA, Augusto J. Santos. *Organização econômica e social dos Bijagós*. Publicação Comemorativa do V Centenário da Descoberta da Guiné, 1947.
- LOPES, C. *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. Ed. Catez Unesco, 1983.
- MARQUES, José Eduardo A. da Silva. *A gerontocracia na organização social dos Bijagós*, 1955, pp. 293-7.
- SANTOS, Reginaldo Souza. *A Administração Política como campo do conhecimento*. 2.^a ed. Salvador-São Paulo: FEAUFBA-Hucitec/Mandacaru, 2009.
- SILVA, Dilma de Melo. *Por entre as Dórcades Encantadas: os Bijagós da Guiné-Bissau*. São Paulo: Terceira Margem, 2000.
- SCANTAMBURLO, Luigi. *Etnologia dos Bijagós da Ilha de Bubaque*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1991.
- IBAP, Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas. *Estratégia nacional para as áreas protegidas e a conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau*. Bissau: Draft, 2007, p. 58.

Resumo

Este artigo analisa a relação existente entre Administração Política e a conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau, abordando o modo como o Estado guineense tem criado e implementado os instrumentos legais de gestão do saber tradicional Bijagós na conservação da biodiversidade no Arquipélago. A emergência da crise ambiental mundial e a desigualdade social são fenômenos que vieram mobilizar o pensamento teórico acadêmico universal, tendo como finalidade compreender a problemática criada por um processo que se alimenta da distribuição de suas bases ecológicas de sustentabilidade. O entendimento das relações dessa emergência de crise ambiental mundial, especificamente, entre as comunidades tradicionais e a natureza, exige um esforço do homem moderno de operar com as complexidades contemporâneas globais, uma vez que as contradições dos interesses, presentes nas pautas das negociações mundiais, articulam-se nas esferas internacionais e não no local. Os efeitos dessas decisões, que estão sendo tomadas nesses fóruns e encontros dos Chefes dos Estados, refletem-se, diretamente, nas estratégias e nos modos de vida em nível local; o local que é ligado por várias vias ao global. A revisão desses conteúdos impostos em pauta pela “administração política global” não pode mais abstrair essa realidade contemporânea da crise ambiental. A abordagem teórica baseia-se no quadro da Administração Política, especialmente, na sua vertente sociocultural, estudo das relações entre culturas e meio ambiente para o bem-estar da coletividade. Empregaram-se as seguintes técnicas de levantamento de dados: análise documental e revisão bibliográfica. Nesse contexto, o Estado guineense considera-se que esse instrumento legal de conservação da biodiversidade, dá-se pela relação entre sociedade e natureza na comunidade Bijagós e caracteriza-se pela apropriação coletiva da natureza e pelo respeito aos seus ciclos e ritmos, sendo que, para a etnia Bijagós, a natureza é sagrada, religiosa, mística e a produção do valor de uso sobrepõe-se ao valor da troca, onde a estrutura administrativa do homem Bijagó é baseada numa política hierarquizada, mas a sua dimensão econômica e sociocultural de gestão do saber e acontecimento público dá a todos do arquipélago a oportunidade de se relacionarem de uma forma coletiva e solidária,

de superarem os problemas cotidianos, permitindo, assim, a todos os mesmos privilégios das vantagens que o Arquipélago oferece-lhes para satisfazerem as necessidades da vida habitual sem perder de vista as gerações futuras.

Palavras-chave: Administração Política. Propriedade Bijagós. Gestão da Biodiversidade e Saber Tradicional.

Abstract

This article analyzes the relationship between Policy Management and biodiversity conservation policy in Guinea-Bissau, approaching how the Guinean state has created and implemented the legal instruments for management of traditional knowledge in biodiversity conservation Bijagós Archipelago. The emergence of the global environmental crisis and social inequality are phenomena that lived mobilize the academic universal theoretical thinking, with the aim to understand the problems created by a process that feeds the distribution of their bases ecological sustainability. The understanding of the relationships that emergency of global environmental crisis, specifically between traditional communities and nature, requires an effort of modern man to operate with the complexities contemporary global, since the contradictions of interests present in the agendas of global negotiations are articulated in International spheres and not on site. The effects of these decisions being taken on these forums and meetings of Heads of States are reflected directly in strategies and ways of life at the local level, the site that is linked in various ways to the global. The review of such content placed on the agenda by the “global political administration” cannot disregard the reality of the contemporary environmental crisis. The theoretical approach is based on the framework of Administration Policy, especially in its social and cultural aspects, study of the relations between culture and environment for the welfare of the community. They employed the following techniques of data collection: document analysis and literature review. In this context, the Guinean state believes that this legal instrument for the conservation of biodiversity, there is the relationship between society and nature in the community Bijagós and characterized by the collective ownership of the respect for nature and its cycles and rhythms, and, for Bijagós Ethnicity, nature is sacred, religious, mystical and production of use value overrides the value of the exchange. Where the administrative structure of man Bijagó is based on a hierarchical policy, but its economic and sociocultural knowledge management and public event gives everyone the archipelago the opportunity to relate in a collective and solidarity to overcome everyday problems, thus, all the same privileges of the advantages that the archipelago offers them to satisfy the needs of ordinary life without losing sight of future generations.

Keyword: Administration Politics. Property Bijagós. Biodiversity Management and Traditional Know.